



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

15

Terceira Câmara de Direito Público
Apelação Cível nº 0307295-3 – Moreilândia (Vara Única)
Apelante: Município de Serrita e OUTRO
Advogado: Danny Wayne Silvestre Monteiro PE026169
Apelado: José Salú de Lima
Advogado: Ilton Silvestre de Lima PE018439
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO MUNICÍPIO DE SERRITA NÃO CONHECIDA. RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS MORAIS E MATERIAIS EM VIRTUDE DE FURTO DE VEÍCULO EM ESTACIONAMENTO. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DA FUNDAÇÃO JOÃO CÂNCIO. RECURSO DE APELAÇÃO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. RESPONSABILIDADE OMISSIVA DO MUNICÍPIO DE SERRITA EM GUARDAR E VIGIAR O VEÍCULO. RECURSO DE APELAÇÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Preliminar de ilegitimidade passiva do Município de Serrita não conhecida.

2. Versa os autos acerca do pedido de indenização por danos morais e materiais devido a um furto de veículo Volkswagen Gol 1000, ano/modelo 1996. Assevera o autor que no dia 22 de julho de 2006 foi à festa denominada "Missa do Vaqueiro", no parque João Cândio, realizada no Sítio das Lages, município de Serrita. Deixou seu veículo estacionado em local apropriado, pagando a importância de R\$5,00 (cinco reais). Ao término da festividade, percebeu que seu veículo não estava no local onde havia estacionado. Questionou aos responsáveis sobre o mesmo, mas não obteve êxito.

3. Antes de se apurar a existência de qualquer responsabilidade pelo desaparecimento, mister se faz que se descubra quem geria o estacionamento. De acordo com o documento de fls. 56/59, uma ata da primeira reunião da comissão organizadora Missa do Vaqueiro/2005, referente aos trabalhos daquele ano e de 2006, tem-se que o gerenciamento da festa profana, incluindo o estacionamento, ficaria a cargo da Associação dos Vaqueiros e da Prefeitura Municipal de Serrita. Sendo assim, não há que se falar em responsabilidade civil por parte da Fundação Padre João Cândio, motivo pelo qual o seu recurso de Apelação merece ser provido para excluí-la da lide, tendo em vista que eventual responsabilidade será do município também apelante.

4. Restando comprovado que era o Município de Serrita quem administrava o estacionamento para a festa "Missa do Vaqueiro", analisar-se-á a presença dos requisitos para a responsabilidade civil.

5. É cediço que, no que se refere à responsabilidade civil de ente político, o ordenamento jurídico pátrio adotou a teoria do risco administrativo, de modo que, para que a Administração Pública responda objetivamente, é suficiente que se prove o dano sofrido e o nexo de causalidade entre a ação da Administração e o mencionado dano.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

15

6. Por outro lado, quando se tratar de dano decorrente de omissão da Administração, é preciso que se demonstre a ocorrência de culpa em sentido amplo por parte do agente.

7. No caso em tela, é inegável a ocorrência do dano, posto que, ao menos do que consta dos autos, até a presente data o veículo furtado do apelado ainda não foi encontrado e restituído ao seu proprietário. No que se refere ao nexo de causalidade, também se faz presente no caso em apreço, na medida em que o aludido dano foi causado, ao menos do que consta dos autos, dentro do estacionamento privativo de veículos cuja organização e responsabilidade recairiam sobre o Município de Serrita, conforme consta da aludida Ata da 1ª Reunião da Comissão Organizadora da Missa do Vaqueiro/2005.

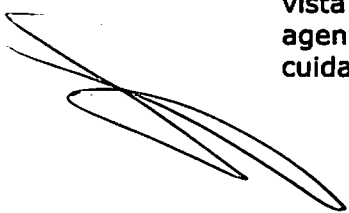
8. Todavia, como se trata de responsabilidade decorrente de omissão no dever de vigilância e cuidado por parte do Município de Serrita, imprescindível também é a demonstração de culpa por parte do ente público, haja vista que para esse tipo de fato a responsabilidade é subjetiva. *In casu*, além do cerco ao estacionamento se prestar a evitar evasões sem controle, também se prestava (ou deveria se prestar) à preservação do patrimônio dos usuários daquele estacionamento, até porque não seria ele gratuito, mas sim pago – de sorte que o furto de veículo seria inerente ao risco daquela atividade, estando provada, aí, a culpa omissiva da administração.

9. Demonstrados todos os requisitos para incidir a responsabilidade subjetiva, surge para o município apelante – que era o responsável pela gestão do estacionamento – o dever de indenizar. Resta, agora, verificar, o quantum.

10. O juiz *a quo* condenou os réus ao pagamento de R\$8.000,00 (oito mil reais) a título de danos materiais e R\$5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais.

11. Consultando a Tabela FIPE, tem-se que, com base na marca e modelo do veículo furtado, o valor arbitrado como compensatório do dano material é compatível com o valor previsto naquela tabela. Outrossim, o valor arbitrado a título de danos morais também é razoável e condizente com os julgados já proferidos, *mutatis mutandis*, em relação a essa matéria.

12. À unanimidade, **DEU-SE PROVIMENTO** à Apelação Cível interposta pela Fundação Padre João Cândio, por não ser ela responsável pela gestão do estacionamento, ao passo que se **NEGOU PROVIMENTO** à Apelação do Município de Serrita, haja vista restar demonstrado a existência de omissão culposa dos seus agentes a ensejar responsabilidade por falta de vigilância e cuidado.





329

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

15

ACÓRDÃO

15

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Cível nº 0307295-3**, da Comarca de Moreilândia, em que figuram como Apelantes, **Município de Serrita e outro**, e como Apelado, **José Salú de Lima**, **ACORDAM** os Exmos. Senhores Desembargadores da Egrégia Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, unanimemente, em **NÃO CONHECER DA PRELIMINAR** argüida pelo Município de Serrita e, no mérito, **DAR PROVIMENTO** à Apelação Cível da Fundação Padre João Cândio e **NEGAR PROVIMENTO** à Apelação Cível do Município de Serrita, tudo de conformidade com relatório e votos em anexo, que, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 29 de Maio de 2013.


Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

323

15

Terceira Câmara de Direito Público
Apelação Cível nº 0307295-3 – Moreilândia (Vara Única)
Apelante : Município de Serrita e OUTRO
Advogado : Danny Wayne Silvestre Monteiro PE026169
Apelado : José Salú de Lima
Advogado : Ilton Silvestre de Lima PE018439
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta pelo **Município de Serrita e OUTRO**, contra sentença da lavra do magistrado **Demétrius Liberato Silveira Aguiar**, proferida em sede de **Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais nº 0000120-21.2006.8.17.0960**, promovida por **José Salú de Lima**, que julgou parcialmente procedente os pedidos, condenando os réus ao pagamento de R\$8.000,00 (oito mil reais), a título de danos materiais, e de R\$5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais.

A presente ação foi ajuizada por particular requerendo indenização por danos morais e materiais. Alega o autor que, no ano de 2006, participou da "Missa do Vaqueiro", que se realiza no Sítio das Lages, no vizinho município de Serrita, no parque João Cândio. Estacionou seu carro Volkswagen Gol 1000, cor verde, ano/modelo 1996, no estacionamento privativo do local. Encerradas as festividades, percebeu que seu carro não estava no lugar onde havia deixado.

Prestou Boletim de Ocorrência, não tendo o veículo sido localizado, motivo pelo qual ingressou com a presente ação em face do Município de Serrita e da Fundação Padre João Cândio, haja vista que são de suas responsabilidades a organização da "Missa do Vaqueiro".

O magistrado de primeiro grau proferiu sentença às fls. 256/260, julgando parcialmente procedente os pedidos.

Irresignada, a Fundação Padre João Cândio interpôs Recurso de Apelação às fls. 264/269, defendendo que nem o estacionamento, nem a festa, são de sua responsabilidade, não existindo motivos para que tenha sido condenada de forma solidária junto com o município de Serrita.

O município de Serrita também interpôs Recurso de Apelação, às fls. 272/280, alegando como preliminar a sua ilegitimidade passiva *ad causam*. No mérito, defendeu que não era responsável pelo estacionamento onde o apelado estacionou seu carro e que o único documento demonstrando o furto do veículo é uma certidão lavrada pela polícia civil. O dano moral também não restou suficientemente demonstrado.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

15

Contrarrazões apresentadas às fls. 307/313, defendendo a manutenção da sentença vergastada.

Por se tratar de lide envolvendo interesse exclusivamente patrimonial, sem a ocorrência de interesse público-primário, deixo de remeter os autos a Procuradoria Geral de Justiça para emissão do competente parecer.

É o que se tem de relevante a relatar. À Revisão.

Recife, 18 de Março de 2013.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



330

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

15

Terceira Câmara de Direito Público
Apelação Cível nº 0307295-3 – Moreilândia (Vara Única)
Apelante: Município de Serrita e OUTRO
Advogado: Danny Wayne Silvestre Monteiro PE026169
Apelado: José Salú de Lima
Advogado: Ilton Silvestre de Lima PE018439
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO PRELIMINAR – Da Ilegitimidade Passiva do Município de Serrita

Como preliminar, sustenta o Município de Serrita a sua ilegitimidade passiva para a lide, sob o argumento de que não há nos autos prova de seja o referido município responsável pela organização da "Missa do Vaqueiro", bem como do estacionamento existente no local.

A preliminar suscitada pelo município apelante confunde-se com o próprio mérito da demanda, porque antes de se discutir sobre a culpabilidade do evento danoso, primeiramente é preciso reconhecer sobre em quem recai a responsabilidade sobre o estacionamento em que se deu o furto do carro.

Sendo assim, a preliminar será apreciada com destreza oportunamente, motivo pelo qual não a conheço.

É como voto.


Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

15

Terceira Câmara de Direito Público
Apelação Cível nº 0307295-3 – Moreilândia (Vara Única)
Apelante: Município de Serrita e OUTRO
Advogado: Danny Wayne Silvestre Monteiro PE026169
Apelado: José Salú de Lima
Advogado: Iltón Silvestre de Lima PE018439
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO

Versa os autos acerca do pedido de indenização por danos morais e materiais devido a um furto de veículo Volkswagen Gol 1000, ano/modelo 1996. Assevera o autor que, no dia 22 de julho de 2006, foi à festa denominada "Missa do Vaqueiro", no parque João Cândio, realizada no Sítio das Lages, município de Serrita.

Deixou seu veículo estacionado em local apropriado, pagando a importância de R\$5,00 (cinco reais). Ao término da festividade, percebeu que seu veículo não estava no local onde havia estacionado. Questionou aos responsáveis sobre o mesmo, mas não obteve êxito.

Diante do episódio, prestou um boletim de ocorrência e ingressou com a presente demanda em face do município de Serrita e da Fundação Padre João Cândio para responsabilizá-los pela perda do veículo.

Antes de se apurar a existência de qualquer responsabilidade pelo desaparecimento do veículo, mister se faz que se descubra quem geria o estacionamento em questão.

De acordo com o documento de fls. 56/59, uma ata da primeira reunião da comissão organizadora Missa do Vaqueiro/2005, referente aos trabalhos daquele ano e de 2006, tem-se que:

"Ficou aprovada, após debate, as seguintes atribuições, deveres e direitos dos grupos envolvidos no evento e signatários deste documento, cabendo a "Associação dos Vaqueiros do Alto Sertão" e a "Prefeitura Municipal de Serrita/PE", em conjunto, se responsabilizar pela manutenção da infra-estrutura do "Parque João Cândio", incluindo limpeza, iluminação, roço, recuperação da pista de vaquejada e sua promoção, gado para a "pega do boi" e da vaquejada, abrir letreiros dos patrocinadores na pista de vaquejada e nos locais reservados para isso, tais como o da logomarca da "Fundação Padre João Cândio" e "Fundação João Monteiro Filho", "SBT – Nordeste", campanha publicitária em rádio e carro de som, **responsabilidade da Associação dos Vaqueiros em conjunto com a Prefeitura Municipal de Serrita/PE do fornecimento de 50% dos alimentos que serão processados no restaurante dos vaqueiros pela Fundação Padre João Cândio, transporte e armazenamento desses alimentos como os da campanha de arrecadação,**



331

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

15

instalação dos bares, barracas, roça para os animais dos vaqueiros, e toda infra-estrutura referente a festa profana, gerenciamento da festa profana, bateria sanitárias, estacionamento (...)"

Pela leitura do referido documento, constata-se que o gerenciamento da festa profana, incluindo o estacionamento de veículos, ficaria a cargo da Associação dos Vaqueiros do Alto Sertão e da Prefeitura Municipal de Serrita.

Frise-se que a responsabilidade do ente político quanto ao gerenciamento do estacionamento também ficou evidenciada quando da oitiva das testemunhas, às fls. 239/241.

Sendo assim, não há que se falar em responsabilidade civil por parte da Fundação Padre João Cândio, motivo pelo qual o seu recurso de Apelação merece ser provido para excluí-la da lide, tendo em vista que, em sendo o caso, tal responsabilização deverá recair sobre o Município de Serrita, também apelante.

Restando comprovado que era o Município de Serrita quem administrava o estacionamento para a festa "Missa do Vaqueiro", analisar-se-á a presença dos requisitos para a responsabilidade civil.

É cediço que, no que se refere à responsabilidade civil de ente político, o ordenamento jurídico pátrio adotou a teoria do risco administrativo, de modo que, para que a Administração Pública responda objetivamente, é suficiente que se prove o dano sofrido e o nexo de causalidade entre a ação da Administração e o mencionado dano.

Por outro lado, quando tratar-se de dano decorrente de omissão da Administração, é preciso que se demonstre a ocorrência de culpa em sentido amplo por parte do agente.

No caso em tela, é inegável a ocorrência do dano, posto que, ao menos do que consta dos autos, até a presente data o veículo furtado do apelado ainda não foi encontrado e restituído ao seu proprietário.

No que se refere ao nexo de causalidade, também se faz presente no caso em apreço, na medida em que o aludido dano foi causado, ao menos do que consta dos autos, dentro do estacionamento privativo de veículos cuja organização e responsabilidade recairiam sobre o Município de Serrita, conforme consta da aludida Ata da 1ª Reunião da Comissão Organizadora da Missa do Vaqueiro/2005.

Todavia, como se trata de responsabilidade decorrente de omissão no dever de vigilância e cuidado por parte do Município de Serrita, imprescindível também é a demonstração de culpa por parte do ente público, haja vista que para esse tipo de fato a responsabilidade é subjetiva.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça também possui precedente de que esse tipo de responsabilidade não é objetiva, mas sim subjetiva, *verbis*:



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

15

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. FURTO DE VEÍCULO EM ESTACIONAMENTO DE UNIVERSIDADE PÚBLICA.

1. O Poder Público deve assumir a guarda e responsabilidade do veículo quando este ingressa em área de estacionamento pertencente a estabelecimento público.

2. **"Em tal hipótese, a responsabilidade por dano causado ao proprietário do bem colocado sob sua guarda, não se funda no art. 37, § 6º, da Constituição, mostrando-se inadequado falar-se em responsabilidade objetiva, como, aliás, decidiu o Colendo Supremo Tribunal Federal, mas de responsabilidade subjetiva". Precedente do STF.**

3. Recurso especial improvido.

(REsp 615.282/PR, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/04/2004, DJ 28/06/2004, p. 293 - sem grifos no original)

Esta Corte de Justiça já teve a oportunidade de se manifestar acerca dessa modalidade de responsabilidade, *verbis*:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA DO ESTADO. ATO OMISSIVO. FALTA DO SERVIÇO. COMPROVAÇÃO. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO OCASIONADO EM RAZÃO DE MAU FUNCIONAMENTO DE SEMÁFORO. REDUÇÃO DO VALOR FIXADO A TÍTULO DE DANOS MORAIS. À UNANIMIDADE DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL AO REEXAME NECESSÁRIO, PREJUDICADOS OS APELOS.

1.A responsabilidade civil do Estado por ato omissivo é subjetiva e depende da verificação de uma modalidade de culpa especial da Administração, chamada de culpa administrativa.

2.A mencionada culpa administrativa nos casos de danos decorrentes de omissão do Poder Público não precisa ser individualizada, isto é, não se faz mister provar a negligência, imprudência ou imperícia de um agente público determinado, sendo necessária tão-somente a demonstração de que o aludido dano derivou da falta do serviço que o Estado deveria ter prestado.

3.No caso em apreço, restou comprovado nos autos que o dano decorreu do não funcionamento de um semáforo tombado pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - EMTU, configurada, portando, a obrigatoriedade de indenização estatal.

4.Manutenção da condenação no valor fixado a título de lucros cessantes e da condenação quanto aos danos materiais, esta, contudo, em valor a ser fixado na fase de liquidação por artigos.

6.Por fim, à luz do princípio da razoabilidade, restou reduzido o quantum indenizatório fixado a título de danos morais para o montante de R\$ 10.000,00, com referencial desta data, mantido também o percentual dos honorários advocatícios.



332

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

15

7. Reexame Necessário provido parcialmente, à unanimidade de votos, restando prejudicados os apelos.

(TJPE - AP 106065-7, Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães, Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível, data do julgamento: 11/12/2008 - sem grifos no original)

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA EXORDIAL. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À PROPOSITURA DA AÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO DOS DANOS MATERIAIS. PRELIMINARES QUE SE CONFUNDEM COM O MÉRITO DA CAUSA. MÉRITO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. FAUTE DU SERVICE PUBLIQUE. MENOR ARRASTADA PELAS ÁGUAS PLUVIAIS ATÉ CAIR EM "BUEIRO" ABERTO. MORTE. CULPA SUBJETIVA RECONHECIDA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PENSÃO MENSAL. QUANTUM QUE NÃO DEVE SER REDUZIDO. REEXAME NECESSÁRIO IMPROVIDO À UNANIMIDADE. 1- O recorrente alega inépcia da inicial sob o fundamento de que não foram mencionados os danos materiais perseguidos, bem como de que faltam documentos necessários à propositura da ação. 2- A mencionada preliminar se confunde com o mérito da causa, eis que, antes mesmo da análise da comprovação dos referidos danos materiais, será necessário observar se assiste razão aos recorridos em seu pleito indenizatório. Do mesmo modo, a eventual ausência de documentos, se constatada, ensejará improcedência do pedido meritório. 3- Quando se alega o mau funcionamento do serviço público, tem sido adotada a chamada teoria da culpa do serviço público; é a culpa anônima; visto que o dano não decorreu de ato comissivo, mas sim de omissão do poder público. 4- **Para se caracterizar a responsabilidade civil do Estado, nessas hipóteses, é preciso que fique demonstrada a culpa do Poder Público, de modo que reste caracterizado o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e a omissão estatal.** 5- Na presente hipótese, as provas carreadas aos autos comprovam os fatos narrados na inicial, ou seja, que a filha dos recorrentes faleceu por asfixia e afogamento, depois de ter caído em um "bueiro", arrastada pelas águas da chuva. 6- É certo que a ocorrência de fortes chuvas é evento que não pode ser evitado, contudo, seus efeitos nefastos podem e devem ser minorados pelo Poder Público. 7- O fato ocorrido obviamente trouxe e vem trazendo aos recorridos grande abalo psicológico, pois tiveram ceifado abruptamente o convívio com sua filha, que ainda era uma criança, portanto a dor, o sofrimento, as lembranças são inevitáveis e jamais poderão ser apagadas. 8- Feitas essas considerações, é razoável a fixação da indenização a título de danos morais em 300 (trezentos) salários mínimos. 9- No tocante aos danos materiais, esclareça-se apenas que o MM Juiz a quo condenou o recorrente em pensão mensal, que não deve ser reduzida, pois já fora fixada em valor inferior ao salário mínimo, in casu, 2/3 (dois terços) de salário mínimo da data em que a menor completaria 14 (quatorze) anos até 25 (vinte e cinco) anos, a partir de quando deve ser reduzida para 1/3 (um



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

15

terço) do respectivo salário até quando a vítima completaria 65 (sessenta e cinco) anos de idade. 10- Finalmente, não houve nenhuma outra condenação com relação a qualquer outro tipo de despesa, até porque não foi requerida pelos recorridos. 11- Reexame necessário improvido, apelo voluntário prejudicado, à unanimidade.

(TJPE - AP 125529-8, Relator: Des. João Bosco Gouveia de Melo, Órgão Julgador: 7ª Câmara Cível, data do julgamento: 01/07/2008 - sem grifos no original)

Quando da oitiva das testemunhas, Jesus Felisardo de Sá afirmou em seu depoimento às fls. 241 que detinha o conhecimento de que o estacionamento era de responsabilidade do Município de Serrita, mas que nela trabalhavam pessoas que usavam coletes e que tal espaço era devidamente cercado.

Por outro lado, conforme consta no documento de fls. 12, a pessoa para ter acesso ao estacionamento precisava pagar a quantia de R\$5,00 (cinco reais), recebendo um canhoto para ser apresentado quando da retirada do veículo.

Sendo assim, não é possível admitir que um veículo fosse retirado do estacionamento sem a apresentação do mesmo (canhoto), fato esse que ocorreu no presente caso, porque o apelado tinha consigo a prova do respectivo pagamento.

In casu, além do cerco ao estacionamento se prestar a evitar evasões sem controle, também se prestava (ou deveria se prestar) à preservação do patrimônio dos usuários daquele estacionamento, até porque não seria ele gratuito, mas sim pago - de sorte que o furto de veículo seria inerente ao risco daquela atividade, estando provada, aí, a culpa omissiva da administração.

Demonstrados todos os requisitos para incidir a responsabilidade civil subjetiva, surge para o município apelante - que era o responsável pela gestão do estacionamento - o dever de indenizar.

Resta, agora, verificar, o *quantum*.

O juiz *a quo* condenou os réus ao pagamento de R\$8.000,00 (oito mil reais) a título de danos materiais e de R\$5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais.

Consultando a Tabela FIPE, tem-se que, com base na marca e modelo do veículo furtado, o valor arbitrado como compensatório do dano material é compatível com o valor previsto naquela tabela.

Outrossim, o valor arbitrado a título de danos morais também é razoável e condizente com os julgados que já proferi, *mutatis mutandis*, em relação a essa matéria.

Ante todo o exposto, voto no sentido de **DAR PROVIMENTO** à Apelação Cível interposta pela Fundação Padre João Câncio, por não ser ela responsável pela gestão do estacionamento, e voto pelo **NÃO PROVIMENTO** da Apelação do



333

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

15

Município de Serrita, haja vista restar demonstrado nos autos a existência de omissão culposa dos seus agentes a ensejar responsabilidade por falta de vigilância e cuidado.

É como voto.

Recife, 29 de Maio de 2013.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



0000120-21.2006.8.17.0960(307295-3) Ap

+	-----	+
	TJPE	
	FLS.	
	324	
+	-----	+

↙

CONCLUSÃO

*Nesta data, faço estes autos conclusos
ao Desembargador Antenor Cardoso
Soares Junior, para revisão.*

Recife, 20 de novembro de 2013.

[Assinatura]
Diretoria Cível

Revistos, pelo pautar

Recife, 11.09.14

Des Antenor Soares
Revisor

[Assinatura]